



CAPÍTULO 10

Fechamento de escolas do campo: impactos socioculturais nas comunidades rurais¹

*Elizete Oliveira de Andrade*²

*Mislaine dos Reis Ventura*³

1 Este texto tem como referência principal a pesquisa “Fechamento de escolas do campo: análise do impacto gerado nas comunidades rurais” realizada em 2015, sob a orientação da Prof.^ª Dr.^ª Elizete Oliveira de Andrade, na qual Mislaine foi bolsista de iniciação científica pelo Programa de Apoio à Pesquisa (PAPq) da UEMG.

2 Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora da UEMG, unidade Ubá. Pedagoga de Escolas Municipais do Campo em Carangola/MG. E-mail: elizete.andrade@uemg.br.

3 Graduada em Pedagogia pela UEMG, unidade Carangola. Pós-graduada em Educação Infantil Especial e Gestão do Trabalho Pedagógico. Professora e especialista em Educação Básica em escolas de Fervedouro/MG. E-mail: mislaine-rv@hotmail.com.

Iniciando a conversa

Muitos municípios brasileiros vêm transformando o número de alunos em critério para a permanência das escolas do campo, tendo como parâmetro o dispositivo valor-aluno, atribuído pelos artigos 31 a 36 do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), a Lei nº. 11.494/2007 (BRASIL, 2007). Dados do Censo Escolar de 2014, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apontam que, em Minas Gerais, foram fechadas 290 escolas do campo apenas nesse ano, sendo 4.084 o total no país.

O fechamento dessas escolas tem se tornado frequente, e muitos são os impactos socioculturais gerados na vida campesina, pois a comunidade rural fica fragilizada, uma vez que, quando isso acontece, “a articulação dos moradores em projetos comuns que assegurem seus direitos fica comprometida” (KREMER, 2006, p. 3). Ao refletir sobre essa perspectiva, desenvolvemos uma pesquisa que teve por objetivo entender e analisar os impactos socioculturais gerados pelo fechamento de escolas do campo no município de Fervedouro, Minas Gerais, localidade que, ao longo das últimas duas décadas, foi muito afetada por essa situação.

A desativação das escolas do campo é um retrocesso em meio às conquistas no âmbito educacional, pois, a cada instituição de ensino a menos, tira-se da população um patrimônio cultural e uma referência local. A comunidade enfraquece, porque não é só ambiente de estudo, mas também onde são discutidos assuntos relativos aos interesses da coletividade da região. Portanto, é ponto de articulação comunitária, além de ser espaço idealizado para a preservação da memória daquele povo.

Dessa forma, fechar uma escola do campo é permitir “a inserção da infância, adolescência e juventude nos centros e escolas urbanas,

para sua socialização nos valores e na cultura urbanos” (ARROYO, 2007, p. 160). E, mediante essa situação, crianças e jovens ficam à mercê de uma educação que não reconhece a realidade do povo campestre e que corrobora para que esses estudantes não se reconheçam como sujeitos sociais no seu espaço de vida, ou seja, o campo.

Paulo Freire (1981, p. 119) afirma que:

A educação passa pela questão da identidade cultural. Assumir uma posição de sujeito no mundo implica situar-se historicamente e territorialmente, como produtor de cultura: sendo os homens seres em ‘situação’, se encontram enraizados em condições tempos-espaciais que os marcam e a que eles igualmente marcam.

O fechamento de uma escola gera sentimento de impotência, de tristeza, de desvalorização do lugar e até de perda da história, pois, para a comunidade rural, a escola não se restringe ao processo formal de educação dos filhos, como já mencionado. Permitir que essas pessoas expressem os sentimentos que as atravessam, seus valores, suas subjetividades e suas muitas formas de se relacionar com a escola é uma maneira de compreender melhor os impactos socioculturais causados pelo evento.

A pesquisa nas comunidades rurais

No município de Fervedouro/MG, nos últimos anos, foram fechadas cinco escolas do campo: E. M. Alto Castelo, E. M. Francisco Elias de Souza, E. M. Laura Garcia Goldsmith, E. M. São Domingos e E. M. Brigadeiro. Ficaram em funcionamento apenas duas escolas municipais e uma estadual: E. M. Ribeirão do Jorge, E. M. Rosa Verde e E. E. Samambaia. Para este estudo, entrevistamos moradores de

três comunidades rurais que tiveram suas escolas fechadas: São Domingos, Serra do Brigadeiro e Cachoeira Cumprida. Entrevistamos também um professor de uma das escolas fechadas e alguns de seus ex-alunos.

Figura 1 – Fachada das escolas fechadas

E. M. do Brigadeiro



E. M. Laura Garcia Goldsmith



E. M. São Domingos



Fonte: Arquivo pessoal (2015).

Entre os moradores entrevistados, muitos não concordaram com o fechamento das escolas, pois as consideravam parte da comunidade e de sua história, além de estarem mais próximas de suas casas: “[...] para as meninas aqui é bem melhor, é mais pertinho, [...] não precisa de transporte” (VIOLETA⁴, outubro/2015).

4 Todos os nomes são fictícios a fim de preservar a identidade dos(as) entrevistados(as).

Eles já estavam acostumados aqui né [...] tiveram que sair para estudar em outro lugar, no meio de gente estranha. [...] Eles estavam bem mais próximos dos olhos, mais perto e lá está longe. Muitos dos alunos foram separados, pois foram para escolas diferentes e os horários ficaram diferentes: uns de manhã outros de tarde. Já estavam acostumados com os coleguinhas. Perde muita aula quando chove, quando tinha a escolinha não tinha esse problema, pois a professora vinha, agora como vai levar esse tanto de aluno para longe, na chuva? Com barro é perigoso por causa das estradas (ROSA, out. 2015).

As crianças perdem as escolas que são próximas de sua casa e são obrigadas a estudar em outras, inibindo-as do convívio mais próximo que possuíam com os colegas, uma vez que nem todos vão para a mesma instituição. Um ex-aluno relata sobre isso: “[...] gostava mais da escola aqui, pois era mais perto” (JUCA, out. 2015).

Outro fato observado é que essa mudança afeta os pais, pois dificulta a participação deles na vida escolar dos filhos, devido à distância de suas casas, prejudicando o acesso a reuniões de pais e mestres, por exemplo. Além disso, modifica a rotina, uma vez que passam a se preocupar também com a locomoção de seus filhos, que pode ser afetada pela precariedade do transporte escolar e das estradas de terra.

Aqui era mais perto para participar de reunião [...] de acompanhar, lá é longe, aqui era mais fácil. Aqui é melhor para estudar, principalmente para os pequenos [...] ter que pegar ônibus e ir para rua, é ruim para eles e para a gente, porque ficamos preocupados (ROSA, out. 2015).

Levá [sic] os meninos pra rua foi muito difícil de acostumar, pôr no ônibus e levar. E as reuniões [...], pois aqui era mais fácil de ir e acompanhar a vida escolar” (JASMIM, out. 2015).

Aqui era mais pertinho para os alunos estudar e para nois [sic] participar das reuniões e não precisava de ônibus para ir, podia ir a pé (TULIPA, out. 2015).

São comunidades que veem um bem cultural local se acabando sem maneiras de resistir, pois em alguns casos não há aviso prévio e, após o fechamento, é raro conseguir a reabertura. Nos depoimentos, fica evidente que a justificativa dada pelos gestores municipais é a falta de alunos.

Foi fechada porque tinha pouco aluno. É o que eles falam (ROSA, out. 2015).

Falaram que é porque tinha pouco aluno e roubo [...], tinham que colocar as coisas na casa da vizinha, pois se não, roubavam (JASMIM, out. 2015).

Sem anúncios para a comunidade, os gestores fecham e somente depois avisam os pais que seus filhos irão para outras escolas: “[...] eu não sei, porque ninguém avisou, não teve reunião, só chegaram e fecharam, eu não sabia de nada, foi sem eu saber” (VIOLETA, out. 2015). Essa ação viola a legislação, pois, segundo a Lei nº. 12.960, de 27 de março de 2014, existe uma exigência de manifestação dos órgãos de ensino antes do fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. O parágrafo único é claro quanto ao processo:

[...] O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas, será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar (BRASIL, 2014).

Além disso, é estabelecido que a comunidade deve ser ouvida e que a secretaria de educação deve justificar a necessidade de encerramento das atividades. Ou seja, deve haver consulta à população, todavia, não é o que tem acontecido. O problema é a falta de fiscalização, tanto de órgãos públicos quanto das comunidades envolvidas.

Como quem decide sobre o fechamento são os gestores municipais, alegando falta de alunos ou verbas, as escolas são fechadas e as leis que poderiam impedir não são colocadas em prática.

Quando há aviso prévio, os pais procuram reivindicar e lutar para evitar o acontecimento: “[...] os pais lutaram várias vezes para não fechar a escola, mais foi indo... não deu mais, fechou” (CRAVO, out. 2015). Mas nem sempre é possível, e eles não ficam sem opções de ação: “[...] nós fomos muito prejudicados, mas por não ter mais crianças, nós não podemos reclamar” (MARGARIDA, nov. 2015).

Porém, os entrevistados, por vezes, veem pontos positivos e negativos com o fechamento das escolas. Dizem que:

[...] num ponto foi ruim, pois as crianças já estavam acostumadas aqui, mas no outro foi bom [...] pro meu menino foi bom, pois ele se desenvolveu mais, porque lá não é multisseriada (JASMIM, out. 2015).

[...] lá por ser uma serie só ele está saindo bem e gosta muito da professora [...] na [sic] minha opinião está indo bem. O que preocupa a gente é a distância (ROSA, out. 2015).

Portanto, o discurso a favor do fechamento das escolas do campo e a promessa de uma escola “mais organizada” conseguem convencer alguns moradores, mesmo que vejam pontos negativos, pois eles

tendem a incorporar a justificativa da seriação como melhor modelo de organização do ensino.

O professor entrevistado também analisa a questão sob perspectivas positivas e negativas:

[...] em minha opinião tem dois lados, o negativo, deixou de ter uma instituição na comunidade; e positivo, no lado do ensinamento, pois aqui o aprendizado do aluno rende mais, por não ser multisseriada, e na questão do entrosamento, lá eles ficam presos na comunidade; aqui eles enturmam com todas as comunidades (JOÃO, nov. 2015).

Ele também vê o fechamento de outro ângulo:

[...] foi fechada [...], mas a nível de estado, como disseram... teve um progresso a nível de nucleação. Não que fosse vantajoso financeiramente, mas sim para mostrar para a população uma escola grande... uma questão de obra" (JOÃO, nov. 2015).

Segundo ele, todos os docentes que trabalhavam nas escolas que foram fechadas conseguiram novos empregos em outros locais, pois, com a nucleação, abriram-se muitas vagas e, como a maioria era de professores efetivos, o emprego estava garantido. Já os alunos foram transferidos para as instituições mais próximas de suas comunidades, porém eles não foram recebidos apenas por uma, alguns foram transferidos para uma escola urbana estadual, devido à distância de suas casas.

As escolas para as quais os alunos foram transferidos, em sua maioria, são de grande porte, bem equipadas e com boas condições físicas, sendo três situadas na área urbana e três no campo, dessas,

são duas municipais e uma estadual. Das localizadas na área rural, uma, Escola Municipal Rosa Verde, é de pequeno porte e com salas multisseriadas, as demais – Escola Municipal Ribeirão do Jorge e a Escola Estadual Samambaia – são bem equipadas, com boas condições físicas e seriadas, assim como as da área urbana. As figuras 2 e 3 apresentam fotografias dos locais.

Figura 2 – Fachada da Escola Municipal Ribeirão do Jorge



Fonte: Arquivo pessoal (2015).

Figura 3 – Sala de aula, horta e quadra poliesportiva



Fonte: Arquivo pessoal (2015).

A Escola Municipal Ribeirão do Jorge, da comunidade Ribeirão do Jorge, está aproximadamente a 14 quilômetros da cidade de Fervedouro. São atendidos alunos de educação infantil e ensino fundamental, do 1º ao 5º ano. É organizada por anos de escolaridade (não é multisseriada) e é bem equipada, com boas condições físicas.

Figura 4 – Fachada da Escola Estadual Joaquim Bartholomeu Pedrosa



Fonte: Arquivo pessoal (2015).

A escola representada pela figura 4 é bem equipada e possui ótimas condições físicas. Tem capacidade para atender, de forma eficaz, todos os alunos, desde a infraestrutura, com salas grandes e espaçosas e bem equipadas, até o corpo docente e os materiais didáticos oferecidos.

A estratégia da Secretaria Municipal de Educação para atender os jovens é transferi-los para escolas mais próximas de suas moradias e disponibilizar transportes escolares, que, porém, nem sempre estão em boas condições de funcionamento. Além disso, os trajetos que as crianças e os jovens enfrentam diariamente ainda são longos.

Algumas escolas fechadas estavam em bom estado quando foram abandonadas. Um dos moradores se queixa sobre essa situação: “[...] a escola tá lá, à toa, parada, uma escola boa, com boas condições, antes deles fecharem ela [sic], eles cercaram ela todinha, colocaram vidro nas janelas, quadro novo...” (CRAVO, out. 2015).

Figura 5 – Escola Municipal São Domingos



Fonte: Arquivo pessoal (2015).

Figura 6 – Escola Municipal Laura Garcia Goldsmith



Fonte: Arquivo pessoal (2015).

Figura 7 – Escola Municipal Brigadeiro



Fonte: Arquivo pessoal (2015).

Observa-se nas figuras 5, 6 e 7 que algumas delas foram reformadas recentemente e estão em ótimo estado. Reformas conquistadas por meio de muita luta das comunidades e que se tornam construções abandonadas, pois perderam a utilidade para a comunidade.

Outro fator é a expulsão da agricultura familiar do campo, que destrói a pluralidade de modos de vida e impõe um modelo urbano e

hegemônico de vida, haja vista que, quando se fecha uma escola, a população sente a necessidade de se mudar para que seus filhos possam continuar os estudos.

Os alunos saem de suas comunidades para estudar e enfrentam grandes desafios para chegar à escola, lidam com transportes escolares lotados, alguns em más condições de uso, e com estradas ruins. Além disso, devido aos longos trajetos, os jovens precisam acordar mais cedo e chegam mais tarde em casa. E, no período chuvoso, não vão à escola, pois não há transporte escolar ou correm riscos por causa da piora da situação das estradas.

Em virtude dessa questão da educação, aliada a outros motivos ligados à desvalorização da agricultura familiar, os pais se veem sem condições de permanecerem no campo. Assim, optam por mudar para outros lugares em busca de melhores condições de vida.

É perceptível, em alguns casos, a total falta de comprometimento das autoridades municipais com a educação da população campesina, com sua perda de identidade cultural, com o enfraquecimento da comunidade e, conseqüentemente, com o esvaziamento populacional do campo. E, dessa forma, vê-se a cada dia a área rural mais abandonada, pois a escola é uma das formas de contato da comunidade e, fechando-a, a tendência é um afastamento cada vez maior.

Como a escola tem um grande papel na propagação da história e da cultura local, a comunidade sente-se enfraquecida ao perder um ponto de referência tão importante. Além disso, é na escola que os moradores discutem assuntos da coletividade local, deixando de ser apenas lugar de estudo e tornando-se um espaço de encontro. Ficou evidente, desse modo, que o fechamento ou nucleação das escolas pelo poder público é questão de escolha política e que há uma supervalorização do transporte escolar em detrimento da manutenção das escolas do campo.

Diante do exposto, entendemos que, ao fechar uma escola, todas as pessoas que estão ao seu redor ficam fragilizadas e sofrem com essa perda, pois a escola faz parte da história local e da propagação de cultura.

Algumas considerações

O fechamento das escolas do campo é um retrocesso. Essa política evidencia a desvalorização da agricultura familiar e a supervalorização da monocultura, do agronegócio. Demonstra uma lógica de campo sem gente, pois, sem escola ou condições de permanência nas áreas rurais, os níveis de êxodo tendem a aumentar. Algumas pessoas, que até então sobreviviam nos locais, acabam por perder contato com sua cultura, e então, sem a escola e com sua fonte de renda reduzida, são impulsionados a migrar para as periferias da cidade em busca de uma “outra” vida.

Alguns dos impactos socioculturais vistos foram: a perda da identidade do campo; uso de transporte escolar, perdendo o momento de caminhada colegas; necessidade de acordar mais cedo que de costume, enfrentando frio e chuva; a mudança para as áreas urbanas; a perda da escola como lugar de encontro. Esses e outros fatores estão contribuindo para a fragilização das comunidades e para o êxodo rural.

Na pesquisa, ficou nítido que o processo de fechamento das escolas do campo nesse município não se deu de forma democrática e nem sempre ocorreram consultas aos moradores das comunidades. Os desafios dessas pessoas para manter seus(suas) filhos(as) na escola são muitos e constantes, por exemplo, estradas em péssimas condições e transporte escolar precário. Além disso, ressalta-se a angústia de pais e alunos que veem sua identidade se transformando devido à perda da escola como um bem cultural local.

Dessa maneira, vimos as dificuldades que a população campesina em Fervedouro enfrenta para manter seus filhos na escola, devido à desativação em massa das escolas do campo. Apesar de conquistas alcançadas em favor de melhorias e reconhecimento da educação no campo, esses fechamentos são um retrocesso, pois a valorização da cultura do campo dentro de uma escola urbana é mais difícil de se obter.

Assim, o que resta é trazer essa realidade à tona, para que, a partir do conhecimentos sobre os impactos socioculturais nessas comunidades, possa-se contribuir com informações para aqueles que lutam diariamente contra essa realidade. Desse modo, conscientizam-se as pessoas sobre a importância de cada cultura e de cada local e os moradores são informados de quais são os seus direitos e deveres.

Lutar contra esse processo é lutar contra esse modelo capitalista neoliberal para o campo, que só visa ao lucro. A educação é um direito básico que tem sido negado a essas pessoas. É importante reivindicar melhorias na educação do campo, melhores condições de trabalho, estruturas físicas das escolas, formação inicial e continuada de educadores. Além disso, também deve-se buscar a construção de um conhecimento vinculado à prática social, como um mecanismo de transformação da vida, para que ela seja mais plena, solidária e humana. Devemos lutar contra o fechamento das escolas para tornar real o sonho de milhares de crianças e jovens de continuar estudando.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores (as) do campo. **Cadernos Cedes**. Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622007000200004>. Acesso em: 6 fev. 2018.

BRASIL. **Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº. 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm. Acesso em: 5 fev. 2018

BRASIL. **Lei nº. 12.960, de 27 de março de 2014**. Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12960.htm. Acesso em: 4 fev. 2018

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

KREMER, Adriana. Educação e Desenraizamento: processo de Nucleação das Escolas no Município de Bom Retiro – SC. **29ª Reunião anual da ANPED**, 2006. Disponível em: 29reuniao.anped.org.br/trabalhos/posteres/GT06-2313-Int.pdf. Acesso em: 5 mai. 2015.

Leitura complementar

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm. Acesso em: 4 fev. 2018.